

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Tânia Rêgo - Agência Brasil

Aperto monetário deprime poder de renda do brasileiro

Abras: consumo do brasileiro cai 4,25% em fevereiro

Reflexo nítido da política de aperto monetário de Brasília, que ‘patrocina’ seu recorrente desajuste fiscal, o consumo do brasileiro apresentou queda de 4,25% em fevereiro último, no comparativo mensal, aponta a Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), ao revelar ter havido aumento de 2,25%, no comparativo anual.

Também positivo foi o acumulado do primeiro

bimestre deste ano, para igual período de 2024, com alta de 2,24%

A constatação da associação dos supermercados é de que “assim, há priorização de gastos fixos, com consequente redução do consumo de outros itens no período”, acrescentando que, além de ser mais ‘curto, o mês passado foi afetado pelo fato de o carnaval, este ano, ter ocorrido em março.

Pressão

Na avaliação da Abrás, o desempenho de fevereiro sofreu influência direta, nos dois primeiros meses do ano, de fatores, como o orçamento das famílias, mas também foi pressionado por despesas obrigatórias, como reajustes das mensalidades escolares, transporte e tributos.

Recurso extra

Para o vice-presidente da Abrás, Marcio Milan, “com os recursos extras [de programas de transferência de renda] projetamos um desempenho mais favorável para o consumo até o fechamento do primeiro trimestre, embora a pressão inflacionária sobre os alimentos persista”.



Marcelo Camargo - Agência Brasil

Recursos do programa decuplicaram em dois anos

BNDES anuncia liberação de R\$ 10 bi para o Fundo Clima

Com a liderança da Região Sudeste (R\$ 4,1 bilhões), seguida do Centro-Oeste (R\$ 2 bilhões); Nordeste (R\$ 1,8 bilhão); o Sul (R\$ 1,6 bilhão) e o Norte (R\$ 460 milhões), o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aprovou mais de R\$ 10 bilhões de crédito para financiamentos do Fundo Nacional

sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).

Para o banco de fomento, no somatório das regiões, o aporte de recursos em 2024, montante “quase dez vezes superior” ao de 2022. Na comparação dos dois períodos (2022 e 2024), o Nordeste foi a região onde o volume de recursos mais cresceu proporcionalmente.

Energia limpa

No caso nordestino, os recursos do Fundo Clima deverão ser empregados na expansão de projetos de fontes renováveis de energia, como eólica e solar gerando mais 450 megawatts (MW) ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O Fundo busca mitigar os efeitos climáticos.

Estiagem

Durante a estiagem no ano passado, a maior em 74 anos, a Transpetro (Petrobras Transporte), subsidiária da Petrobras, forneceu 16,6 mil toneladas de gás liquefeito de petróleo (GLP) à Região Norte, informou, nesta quinta-feira (20), a companhia, por meio de nota à imprensa.

Estratégia

“O Fundo Clima nos permite aprofundar essa estratégia de fortalecimento da economia verde, da descarbonização e da sustentabilidade ambiental, ante um cenário de crescente negacionismo climático”, afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Abastecimento

O abastecimento de GLP – de uso doméstico (na cozinha) e fonte de energia à indústria e lavoura – ocorreu na Operação Codajás, pelo escoamento de combustíveis no período de navegação mais difícil de vazante do Rio Amazonas, entre novembro e dezembro.

FGV: exposição do Brasil para ‘choques externos’ está maior

É o que observa o pesquisador-associado do Ibre-FGV, Livio Ribeiro

Blog Cidadania & Cultura

Por Marcello Sigwalt

Medidas protetivas do presidente ianque Donald Trump à parte, a deterioração explícita das contas externas nacionais aciona um sinal de alerta, uma vez que as fontes de financiamento do exterior, no ano passado, foram insuficientes para cobrir o déficit de transações correntes do país, que exibem rombo recorde, o maior desde 1995.

A advertência é do sócio da consultoria BRCG e pesquisador-associado do Ibre/FGV, Livio Ribeiro, ao admitir que, a posição tupiniquim, no momento, é menos confortável para ‘absorver choques de fora’. Para complicar a situação, a escalada tarifária do republicano deverá ‘contribuir’ para reduzir sobremaneira o fluxo de capitais para economias emergentes, como a brasileira, em 2025.

Para especialistas, a tendência, no curto prazo, é de maior volatilidade do câmbio e desvalorização do real.

O rombo em transações correntes (saldo nas trocas



‘Estreitamento’ entre fontes de financiamento e déficit externo preocupa o mercado

com o exterior) praticamente se igualou ao volume de Investimento Direto no País (IDP), no período de 12 meses.

Em números, enquanto o déficit externo foi de US\$ 65,4 bilhões (3,02% do PIB), o IDP atingiu US\$ 68,5 bilhões (3,16% do PIB).

Segundo a economista da XP Investimentos, Luiza Pi-

nese, “é a principal fonte de arrecadação para o déficit. A aproximação acende um sinal de alerta, mas existem outras formas de se financiar, como o investimento em portfólio, que é mais volátil. É sim a fonte mais segura que o Brasil pode se financiar por meio de reservas internacionais”, ao acrescentar ter revisado a pro-

jeção para o déficit em conta corrente de 2025, de US\$ 52,5 bilhões para US\$ 62,6 bilhões (3,0% do PIB).

Para Ribeiro, levando em conta todas as fontes de financiamento externo, faltaram US\$ 26,4 bilhões para financiar o déficit em conta corrente e as parcelas de empréstimos internacionais no ano passado.

CNI prevê desaceleração ‘mais aguda’

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera que a elevação de um ponto percentual (p.p.) da taxa básica de juros, a Selic, anunciada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, nesta quarta-feira (19), não é necessária para controlar a inflação e prejudicará o ritmo de crescimento da economia. A Selic passou de 13,25% para 14,25% – maior patamar desde 2016.

“O nível atual da Selic, que implica taxa de juros real de 8,5% a.a. (3,5 p.p. acima da taxa neutra estimada pelo Banco Central), já tem impactado fortemente a economia, que apresenta desaceleração mais aguda do que a prevista, tanto pela CNI, como por diversos analistas econômicos. Essa desaceleração intensa da economia já seria suficiente para controlar a inflação”, avalia Ricardo Alban, presidente da CNI.

Na avaliação da CNI, a perda de fôlego econômico já influencia as expectativas em torno da inflação. De acordo com a pesquisa Focus, do Banco Central, a inflação esperada para os próximos 12 meses passou de 5,49%, na mediana apurada em 28 de fevereiro, para 5,23%, na mediana apurada em 14 de março. O PIB do quarto trimestre de 2024 cresceu bem abaixo do esperado.

O aperto monetário em cur-

so já se traduz em aumento efetivo da taxa de juros dos tomadores de crédito. Em setembro de 2024, quando o Copom começou a aumentar a Selic, a taxa de juros média era de 27,54% a.a. Em janeiro de 2025, passou para 29,82% a.a. A CNI ressalta que os efeitos das quatro altas da Selic sequer tinham se materializado plenamente, uma vez que há uma defasagem temporal entre a alteração nos juros básicos e o impacto na economia.

Ibovespa segue exterior e recua 0,42%

Interrompendo série de seis altas, a mais longa desde agosto passado, o Ibovespa acompanhou o dia moderadamente negativo no exterior e fechou em baixa de 0,42%, aos 131.954,90 pontos, com giro a R\$ 24,1 bilhões. Nesta quinta-feira, 20, oscilou dos 131.813,03 aos 132.712,52 pontos, saindo de abertura aos 132.504,90 pontos. Na semana, acumula ganho de 2,37% e, no mês, sobe 7,50% – no ano, avança 9,75%.

Um número limitado de ações conseguiu se descolar da baixa, com destaque para Minerva (+8,41%), Marfrig (+6,70%) e JBS (+4,27%). Na ponta oposta do Ibovespa, Embraer (-6,72%), Petz (-4,54%) e LWSA (-3,99%).

Entre as blue chips, o dia foi de ajustes discretos em Vale (ON -0,31%) e Petrobras, que virou perto do fechamento (ON +0,46%, PN +0,22%). Entre os grandes bancos, as



Rovena Rosa - Agência Brasil

Cenário externo adversa arrasta bolsa para o campo negativo

perdas ficaram entre 0,48% (Bradesco PN) e 1,59% (Santander Unit, na mínima do dia no fechamento).

Para Inácio Alves, analista da Melver, a leve realização do Ibovespa vem em momento natural após uma longa sequência de ganhos, na contramão de

Nova York, com a rotação em curso para opções de investimento em emergentes, como o Brasil, e a Europa. E lembrando que a elevação da Selic a 14,25% ao ano, conforme esperado, a coloca no maior patamar desde 2016.

“A curto prazo, o mercado

deve permanecer volátil, com foco no desenrolar da inflação e no cumprimento das metas fiscais. Se o IPCA não recuar, pressionará o BC a manter juros altos por mais tempo, podendo frear o crescimento”, acrescenta o analista.

Segundo Alves, os juros futuros já precificam uma alta adicional de 0,5 ponto percentual na reunião de maio do Copom, que levaria a Selic para 14,75% ao ano.

“O movimento recente de alta na Bolsa foi o início de uma antecipação da montagem de posição em renda variável, antes que os cortes de juros voltem a ocorrer por aqui”, avalia Anderson Silva, head da mesa de renda variável e sócio da GT Capital. “Após sete dias consecutivos de queda do dólar, impulsionada pelo fluxo de capital estrangeiro, que continua entrando principalmente na nossa renda fixa”, acrescenta.

Alta da Selic ‘aquece’ os juros futuros

A postura do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central no comunicado divulgado nessa quarta-feira (19), enfatizando o nível elevado da inflação e se comprometendo a uma nova elevação da Selic, surpreendeu os investidores e provocou aumento das taxas dos contratos de Depósito Interfinanceiro (DI), com efeito principalmente na ponta curta da curva.

O volume elevado de títulos ofertado pelo Tesouro em

leilão também colaborou para o avanço, mas com influência mais evidente nos vértices médios e longos.

“O Copom manteve o ciclo em aberto. Citou a próxima reunião, com nova alta de magnitude menor, mas não trouxe indicação sobre o fim do ciclo”, disse Luciano Costa, economista-chefe e sócio da Monte Bravo Investimentos. “Isso provocou um movimento de correção no mercado”, acrescentou.

Gean Lima, estrategista e trader da Connex Capital, disse que o comunicado do Copom trouxe elementos mais favoráveis à acomodação dos juros, como a menção a sinais incipientes de moderação na atividade econômica e aos efeitos defasados da política monetária. Além de sinalizar a nova alta da Selic, o colegiado manteve a menção à assimetria no balanço de riscos para a inflação – com maior chance de a taxa ficar acima do esperado.

Huang Seen, head de renda fixa da Schroders, disse que “O maior fator de debate e de incerteza é realmente o grau de desaceleração econômica daqui em diante”.

A taxa do contrato de DI para janeiro de 2026 subiu a 14,865%, de 14,717% no ajuste anterior.

A taxa para janeiro de 2027 aumentou a 14,695%, de 14,401%, e a taxa para janeiro de 2029 avançou a 14,440%, de 14,125%.